RESOLUÇÃO Nº 101, DE 04 DE JUNHO DE 2014(*)

A Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Pará – CIB-SUS-PA, no uso de suas atribuições legais e considerando,

- **A Portaria GM/MS nº 2.048 de 05 de novembro de 2002**, que regulamenta tecnicamente as urgências e emergências.

- **A Portaria GM/MS nº 2.657 de 16 de dezembro de 2004**, que estabelece as atribuições das centrais de regulação médica de urgências e o dimensionamento técnico para a estruturação e operacionalização das Centrais do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

- **A Portaria GM/MS nº 2.971 de 08 de dezembro de 2008** que institui o veículo motocicleta/motolância como integrante da frota de intervenção do Serviço de atendimento Móvel de Urgência em toda rede SAMU 192 e define critérios técnicos para a sua utilização.

- **A Portaria GM/MS nº 4.279 de 30 de dezembro de 2010** que estabelece diretrizes para organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

- O Decreto 7.508 de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei 8080/1990 para dispor sobre a organização do SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e articulação interfederativa.

- **A Portaria MS/GM nº 1.600 de 07 de julho de 2011** que reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências no âmbito do SUS.

- **A Portaria GM/MS nº 2.029 de 24 de agosto de 2011** que institui a Atenção Domiciliar no âmbito do SUS.

- **A Portaria GM/MS nº 2.649 de 07 de novembro de 2011** que altera e acresce dispositivos à Portaria nº 2.026/GM/MS.

- **A Portaria GM/MS nº 2.301 de 29 de setembro de 2011** que altera os artigos 35 e 40 da Portaria GM/MS nº 2.026 de 2011.

- **A Portaria GM/MS nº 2.338 de 03 de outubro de 2011** que estabelece as diretrizes e cria mecanismos para a Implantação do componente Sala de Estabilização (SE) da rede de Atenção às Urgências;

- **A Portaria GM/MS nº 2.395 de 11 de outubro de 2011** que organiza o Componente Hospitalar da Rede de Atenção às Urgências no âmbito do Sistema Único de Saúde SUS;

- **A Portaria GM/MS nº 2.488 de 21 de outubro de 2011** que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica para a estratégia Saúde da Família – ESF e o Programa de Agente Comunitário de Saúde – PACS.

- **A Portaria GM/MS nº 2.527, de 27 de outubro de 2011**, que redefine a Atenção Domiciliar no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

- **A Portaria GM/MS nº 804 de 28 de novembro de 2011** que estabelece a necessidade de identificar no Sistema de Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (SCNES) as Centrais de Regulação Médica das Urgências e as equipes de atendimento das unidades de suporte básico, suporte avançado, atendimento aéreo, ambulância, motolância e veículo de intervenção rápida.

- **A Portaria GM/MS nº 1.010, de 21 de maio de 2012** que redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências.

- **A Portaria GM/MS nº 1.533, de 16 de julho de 2012**, que altera e acresce dispositivos à Portaria nº 2.527/GM/MS, de 27 de outubro de 2011, que redefine a Atenção Domiciliar no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

- **A Portaria nº 1.663, de 06 de Agosto de 2012**, que dispõe sobre o Programa SOS Emergências no âmbito da Rede de Atenção às Urgências e Emergências (RUE).

- **A Portaria GM/MS nº 1.649, de 02 de agosto de 2012** que aprova o Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências do Estado do Pará e Municípios, e aloca recursos financeiros para sua implantação.

- O Ofício 276/2012, encaminhado pela Secretaria Estadual de Saúde, que solicitava informações sobre a Portaria GM/MS nº 1.649, de 2 de agosto de 2012.

- **A Portaria GM/MS nº 342, de 04 de março de 2013**, que redefine as diretrizes para implantação do Componente Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h) e do conjunto de serviços de urgência 24 (vinte e quatro) horas não hospitalares da Rede de Atenção às Urgências e Emergências (RUE), em conformidade com a Política Nacional de Atenção às Urgências, e dispõe sobre incentivo financeiro de investimento para novas UPA 24h (UPA Nova) e UPA 24h ampliada e respectivo incentivo financeiro de custeio mensal.

- A deliberação “*ad referendum*” da Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Pará (CIB/SUS/PA).

Resolve:

Art. 1º. Aprovar a II etapa do Componente Hospitalar, incluso no Plano Estadual de Atenção Integral às Urgências do Pará, conforme Portaria GM/MS 1.649 de 2 de agosto de 2012.

Art. 2º. Estabelecer para o Ministério da Saúde, Governo do Estado do Pará e Secretarias Municipais, que todo e qualquer projeto que tenha objetivo de financiar serviços de urgência e emergência no Estado do Pará de acordo com as definições previstas na Portaria MS/GM nº 1.600 de 7/07/2011, Portaria GM/MS nº 2.026 de 24/08/2011, Portaria GM/MS nº 2.029 de 24/08/2011, Portaria GM/MS nº 2.649 de 07/11/2011, Portaria GM/MS nº 2.301 de 29/09/2011, Portaria GM/MS nº 2.338 de

03/10/2011, Portaria GM/MS nº 2.395 de 11/10/2011, Portaria GM/MS nº 2.488 de 21/10/2011, Portaria GM/MS nº 2.527 de 27/10/2011, Portaria GM/MS nº 2.648 de 7/11/2011, Portaria GM/MS nº 2.820 de 28/11/2011, Portaria GM/MS nº 2.821 de 28/11/2011, estejam de acordo com o Plano Estadual de Atenção às Urgências e as definições legais instituídas.

Art. 3º - Conceder a distribuição de R\$ 65.755.240,56 (Sessenta e cinco milhões e setecentos e cinquenta e cinco mil e duzentos e quarenta reais e cinquenta e seis centavos) de recursos destinados a II etapa do Componente Hospitalar - Rede de Urgência do Estado do Pará, conforme Portaria/GM nº 1.649/2014, que aprova o Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências do Estado do Pará e Municípios conforme Anexo I.

Art. 4º - Alocar para a Gestão Municipal o montante de R\$ 34.300.453,06/ano.

Art. 5º - Alocar para a Gestão Estadual o montante de R\$ 31.454.787,50/ano.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros vigentes a partir de 1º de julho de 2014. Belém, 04 de junho de 2014.

Helio Franco de Macedo Junior.
Secretário de Estado de Saúde Pública.
Presidente da CIB/SUS/PA.

Charles César Tocantins de Souza.
Presidente do COSEMS/PA.

ANEXO I

MUNICÍPIO	TIPO DE GESTÃO	FINANCIAMENTO ANUAL
SES Pará	Estadual	31.454.787,50
Redenção	Municipal	3.723.000,00
Tucuma	Municipal	1.551.250,00
Conceição do Araguaia	Municipal	3.102.500,00
Xinguara	Municipal	3.102.500,00
Juruti	Municipal	1.209.975,00
Alenquer	Municipal	1.551.250,00
Belém	Municipal	4.795.678,06
Tome Açu	Municipal	2.482.000,00
Vigia	Municipal	1.241.000,00
Castanhal	Municipal	3.723.000,00

RESOLUÇÃO Nº109 DE 23 DE JUNHO DE 2014.**ANEXO I**

CRS	MUNICÍPIO	POP. GERAL	POP. BENEF.	NEC	ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF)						
					ESF -TRADICIONAL				ESF RIBEIRINHA	TOTAL GERAL	
					EXIS TENTE	%DE COBERTURA	EXPANSÃO	IMPLANTAÇÃO	Nº DE EQUIPES - IMPLANTAÇÃO	TOTAL	% DE COBERTURA
9º	Faro	7.897	3.948	04	01	25%	01	-	-	02	50%
5º	Garrafão do Norte	25.157	5.805	13	02	15,38%	01	-	-	03	23,07%

OBS: GARRAFÃO DO NORTE – ESF DO LOURO – ÁREA RURAL FARO – ESF CENTRO DE SAÚDE SÃO FRANCISCO – ÁREA URBANA

ANEXO II

NÚCLEO DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA - NASF					
CRS	MUNICÍPIO	POPULAÇÃO	MODALIDADE		
			TIPO I	TIPO II	TIPO III
5º	Ipixuna do Pará	51.569	01	-	-

RESOLUÇÃO Nº 110, DE 24 DE JUNHO DE 2014.

A Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Pará – CIB-SUS-PA, no uso de suas atribuições legais e,

- **Considerando** a Portaria GM/MS nº 2.488, de 21/10/2011 que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS).

Capanema	Municipal	930.750,00
Itaituba	Municipal	5.894.750,00
Breu Branco	Municipal	992.800,00
		65.755.240,56

RESOLUÇÕES CIB

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 706878
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA – SESPA
COLEGIADO DE SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE SAÚDE DO ESTADO DO PARÁ

RESOLUÇÃO Nº 109, DE 23 DE JUNHO DE 2014.

A Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Pará – CIB-SUS-PA, no uso de suas atribuições legais e,

- **Considerando** a Portaria GM/MS nº 2.488, de 21/10/2011 que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS).

- **Considerando** a Resolução CIB nº 186, de 19/10/2011, artigo 8º, inciso XI, que define como competência da Comissão Intergestores Regional a aprovação de projetos de implantação/expansão das Estratégias Agentes Comunitários de Saúde e Saúde da Família/Saúde Bucal, Centros de Atenção Psicossocial-CAPS e Núcleos de Apoio à Saúde da Família-NASF.

- **Considerando** que os pleitos de implantação/expansão da Estratégia de Saúde da Família/Estratégia Agentes Comunitários de Saúde/ Núcleo de Apoio à Saúde da Família foram aprovados pelas respectivas Comissões Intergestores Regionais (CIR).

Resolve:

Art. 1º - Homologar os pleitos de Implantação/Expansão de Estratégia Saúde da Família (ESF) dos municípios de Faro e Garrafão do Norte, conforme anexo I.

Art. 2º - Homologar a habilitação município de Ipixuna do Pará, para receber o incentivo financeiro referente ao Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF, conforme quantitativo e modalidade definida no anexo II.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Belém, 23 de junho de 2014.

Helio Franco de Macedo Junior.
Secretário de Estado de Saúde Pública.
Presidente da CIB/Pará.

Charles César Tocantins de Souza.
Presidente do COSEMS/PA.